



**UNICID**

Universidade  
Cidade de S. Paulo

**Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa**

# **Produto Educacional**

## **Mestrado em Formação de Gestores Educacionais**

**MODELO DE FORMAÇÃO  
(MODFOR): UMA PROPOSTA DE  
AÇÃO PARA A CAAE**

**Carla Rubia Marques**

**2022**

## **MODELO DE FORMAÇÃO (MODFOR): UMA PROPOSTA DE AÇÃO PARA A CAAE**

No decorrer deste trabalho, elucidamos constantemente acerca do direito à Educação, a compreensão de sua relevância para uma formação integral do sujeito e sua vivência crítica, participativa e digna na sociedade. Aproximamos da garantia deste direito à Educação, no âmbito do IFSP, sua Política de Assistência Estudantil, realizada por todos os seus câmpus.

Em relação ao Câmpus Avançado Ilha Solteira, a análise dos dados relacionados à PAE 2019 e 2020 permitiu observar alguns olhares acerca da PAE e as ações executadas, que se traduzem em demandas a serem sanadas, em especial, por parte da CAAE. Assim, enquanto pesquisadora, servidora do IFSP-IST e membro da CAAE, percebi a necessidade de organização e sistematização de uma ação de intervenção para a comunidade interna do IFSP-IST.

Acerca de propostas de intervenção na realidade, Martins (2015) indica que,

Quanto às intervenções, alguns eixos podem ser apontados: configura-se como um processo continuado e reorganizado durante todo o percurso; os grupos que são o objeto de pesquisa também são os sujeitos do conhecimento; o ponto de partida não é um quadro teórico e de hipóteses, mas problemas concretos enfrentados no cotidiano dos sujeitos envolvidos naquela situação; o objetivo não é apenas ampliar o conhecimento sobre aquele problema, mas encaminhar soluções com vistas a alcançar mudanças sociais (no campo mais amplo das políticas) e/ou de práticas profissionais (no âmbito de organizações complexas) (MARTINS, 2015, p. 17).

Tal proposta se configura com a implantação de um Modelo de Formação – MODFOR – no IFSP-IST, pois parte da compreensão de responsabilidade de todos os atores existentes nos espaços educativos como sujeitos educadores, em uma perspectiva de formação integral do estudante. Assim, ainda que a PAE seja executada pela CAAE no IFSP-IST, o desdobramento de suas ações é percebido e sentido dentro e fora das salas de aula.

Nesse sentido, o MODFOR compreende dois momentos: 1) Realização de Oficinas Formativas e 2) Escuta dos Estudantes. Quanto ao primeiro momento, as análises das informações dos questionários de avaliação da PAE apontaram a necessidade de aproximação da CAAE e Estudantes, em uma perspectiva de compreensão de direito à Educação, acesso, permanência, êxito e formas de garanti-las. Acerca do segundo momento, a escuta dos estudantes oportuniza a aproximação e acolhimento entre a instituição e seu aluno. Ressaltamos que, por escuta dos estudantes, compreendemos o momento de manifestação dos discentes sobre suas demandas, inquietações, con(dis)cordância, entre outros. Tal escuta pode ser realizada por meio de diversas

metodologias, como entrevista, questionário, grupo focal, análise de imagens, rodas de conversas, entre outros. Ao proporcionar momentos de escuta, construímos um sentimento de confiança entre CAAE/Estudantes, que se reflete nas ações atuais e futuras.

Enquanto membro da CAAE, a pesquisadora não pode realizar as ações propostas de forma isolada, uma vez que, a CAAE é composta por vários servidores, justamente para que as atividades sejam realizadas de forma coletiva.

Com isso, para a realização da proposta de intervenção – que será detalhada mais adiante – a pesquisadora precisa colocar seus olhares frente a temática (olhares estes ampliados com o processo formativo no curso de PPGP-Ge) e apresentar os dados até então coletados para a CAAE, indicando que tais informações sugerem o aprimoramento das ações adotadas pela comissão, para aproximação desta com os estudantes. Após a apresentação das informações acima, verificou-se que também é preciso o momento de diálogo coletivo com os demais membros da CAAE, para observar se as dificuldades encontradas são as mesmas pontuadas pela pesquisadora e, caso haja outras dificuldades, incorporá-las a proposta de intervenção.

No âmbito da CAAE, já se sinalizam conversas iniciais acerca da proposta a ser apresentada, mas a devolutiva do trabalho aqui construído será realizada no ano de 2022, para a CAAE, Diretoria Adjunta Educacional e Diretoria-Geral do IFSP-IST, a fim de executá-la *in loco*.

Como dito anteriormente, o MODFOR se divide em dois momentos, sendo o primeiro momento destinado para toda a comunidade interna do IFSP-IST e embora, a PAE esteja mais próxima dos estudantes, esta ação política, social e educacional se coloca em uma compreensão de direitos, em especial, o direito à educação mais ampla e que intervém nos diversos espaços institucionais. Assim, não se pode realizar uma ação formativa focalizada, mas sim situá-la em uma dimensão institucional para que haja a transformação da realidade.

Dessa forma, as oficinas formativas terão como eixo o direito à Educação, sendo desdobrada em temas que reportam ao eixo inicial. Ressaltamos aqui as palavras de Saviani (2013), que coloca a educação como condição necessária para o exercício dos demais direitos do cidadão.

O segundo momento, para escuta dos estudantes terá como eixo perspectivas futuras, que visa contribuir para o projeto de vida do estudante, não apenas no período em que está no IFSP-IST, mas também, após a conclusão de seu processo formativo. Dentro deste eixo, as ações se desdobram em dois temas: 1) Demandas estudantis e 2) Projeto de vida.

## **6.1 MODFOR: Projeto de Oficinas Formativas**

Os dados coletados nesta pesquisa indicaram a necessidade de aproximar o estudante do IFSP-IST de seu direito à Educação. Sendo o IFSP-IST um espaço de formação integral do sujeito, conclui-se que as oficinas formativas não visam somente contribuir para novas percepções dos estudantes, mas também da própria CAAE e demais servidores do Câmpus Avançado Ilha Solteira.

Embora presente no cotidiano do IFSP-IST, a atuação da CAAE não é efetivamente reconhecida pela comunidade interna do câmpus. Alguns exemplos são a baixa participação dos estudantes no Quest-PAE/IFSP, respostas não condizentes com a realidade praticada no IFSP-IST e o desconhecimento de ritos administrativos e burocráticos.

A fim de aproximar a CAAE dos estudantes e servidores do IFSP-IST, para formação, ampliação e transformação da realidade vivenciada, propõe-se um projeto de formação da comunidade interna, denominado de “Projeto de Oficinas Formativas”, que visa aproximar a CAAE e a PAE dos estudantes e servidores.

Para que o projeto seja efetivo, é preciso estabelecer uma relação de confiança mútua entre a CAAE e a comunidade interna. Também é necessário mostrar aos estudantes que o projeto proposto deriva de indicadores que eles nos deram em avaliações da PAE. No entanto, tais indicadores demonstraram a relevância de ampliar as discussões para toda comunidade interna do IFSP-IST.

Para sua implantação, o Projeto de Oficinas Formativas foi estruturado em cinco partes: 1) Justificativa; 2) Objetivos; 3) Fundamentação teórica; 4) Metodologia e 5) Cronograma, que trazemos a seguir.

### **6.1.1 MODFOR: Justificativa**

As respostas dos estudantes (e suas ausências) ao Quest-PAE/IFSP mostraram o distanciamento dos estudantes de seu direito à Educação e as contribuições da PAE para seu processo formativo.

Foram indicativos dessa percepção, principalmente, as respostas às questões “O que é Assistência Estudantil para você?”; “O que mudou em sua vida após o recebimento dos auxílios da Assistência Estudantil?”; “Se você não tivesse recebido os auxílios estudantis [...]”; “Com que frequência você vai até a CSP (ou setor equivalente responsável pela Assistência Estudantil)?”;

“Quais as dificuldades da Assistência Estudantil em seu câmpus?”; “Assinale com quais profissionais você já teve contato”; “Você participa de algum grupo, fórum ou reuniões promovidas pela CSP?”; “Você pretende continuar o seu curso no próximo semestre?”; “Caso tenha sido reprovado, a que você atribui a sua reprovação”; constantes no Quest-PAE/IFSP.

O Projeto de Oficinas Formativas, enquanto momento do MODFOR, tem como eixo o direito à Educação. A análise dos questionários de avaliação da PAE e a necessidade de aproximação da CAAE/Estudantes/PAE aponta que, dentro deste eixo, temas como identidade e pertencimento, dinâmicas institucionais e participação estudantil, podem ser desdobrados nas oficinas a serem realizadas. Dentro destes temas, é possível que haja novos desdobramentos, que contribuem para o olhar ampliado da discussão proposta. Dessa forma, ao se optar por realizar um momento do MODFOR na forma de oficinas formativas, pretende-se que as atividades sejam dinâmicas, havendo trocas entre os mediadores/formadores e os participantes, para uma transformação coletiva da realidade.

### **6.1.2 MODFOR: Objetivos**

O Projeto de Oficinas Formativas tem como objetivo geral ampliar a compreensão da comunidade interna do IFSP-IST sobre o direito à Educação, ao seu acesso, permanência e êxito.

Para atingir o objetivo proposto acima, são objetivos específicos:

- 1) Compreender a PAE como uma ação política, social e educacional de garantia de direitos;
- 2) Apresentar, de forma detalhada, o Câmpus Avançado Ilha Solteira, seu organograma, quadro de servidores e dificuldades enquanto unidade avançada, realizando ações que permitam ao estudante sentir-se pertencente à realidade vivida;
- 3) Divulgar perante a comunidade interna, os documentos normativos e institucionais da PAE, suas possibilidades e desafios para uma atuação ampliada de Assistência Estudantil no IFSP-IST e
- 4) Favorecer a participação estudantil com temas de seu interesse, para aprimorar o processo educativo na instituição.

### **6.1.3 MODFOR: Fundamentação teórica**

Joaquim e Camargo (2020) indicam que a realização de oficinas na Educação tem se feito mais presente, principalmente, por conta da liberdade de criação e autonomia de execução destas atividades. Para os autores, a realização de atividades como oficinas englobam múltiplos objetivos, alcances e perspectivas, além de não se colocarem como atividades restritas de determinados grupos, prevalecendo o agrupamento de pessoas que se interessam na temática proposta.

Para Candau (1999), as oficinas são

[...] espaços de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, de exercício concreto dos direitos humanos. A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sóciodramas, a análise de acontecimentos, a leitura e discussão de textos, a realização de vídeodebates, o trabalho com diferentes expressões da cultura popular, etc, são elementos presentes na dinâmica das oficinas (CANDAU, 1999, p. 11).

Ainda em Joaquim e Camargo (2020), temos uma contribuição dos autores para uma “classificação” dos tipos de oficinas a serem realizadas. Para a realização da ação aqui proposta, as oficinas formativas se aproximam da classificação “oficina didática”, que é realizada, normalmente, de forma oral e tem como finalidade a difusão de conhecimentos, partindo da experimentação do ministrante, provocando o conhecimento enquanto diversidade cultural e contribuindo para a emancipação intelectual do participante.

Essa premissa das oficinas didáticas, que é confrontar os participantes imediatamente com o objeto de estudo em questão, instiga o aprendizado, uma vez que encurta a distância entre sujeito e conhecimento, tornando mais palpável, até mesmo, o entendimento da realidade (JOAQUIM; CAMARGO; 2020, p. 11).

As oficinas, utilizando a tríade Encontro/Acontecimento/Experiência, como uma atividade dinâmica, favorecem a construção ativa do conhecimento, amplia, inclusive a abrangência sobre o tema de estudo e a coloca como uma educação inovadora, que ultrapassa a transmissão do conhecimento, trazendo, a partir da experimentação, os participantes como protagonistas da ação e os torna corresponsáveis pela ação educativa (JOAQUIM; CAMARGO, 2020). Nesse sentido, o Projeto de Oficinas Formativas a ser proposto, tem exatamente a intenção de provocar reflexões em seus participantes, traduzindo-as em contribuições e transformações para o meio em que atuam.

#### 6.1.4 MODFOR: Metodologia

As oficinas formativas serão realizadas no contraturno das atividades escolares, com duração de duas horas, aproximadamente. Para oportunizar maior e melhor participação da comunidade e também dos formadores que, caso sejam colaboradores externos, não precisarão se deslocar até o IFSP-IST, as oficinas serão realizadas de forma *online*, em plataforma a ser definida e com gravação das atividades realizadas (mediante autorização do formador), para posterior disponibilização do vídeo em plataformas de compartilhamento (como por exemplo, o *Youtube*), para acesso contínuo, após o término das atividades.

Seguindo as indicações de Candau (1999), serão desenvolvidos os seguintes momentos básicos: apresentação do formador; contextualização do tema e sua aproximação com a realidade; aprofundamento e reflexão do tema; possibilidades de prática; diálogos e construção coletiva e conclusão.

As oficinas formativas podem ser ministradas pelos próprios servidores do IFSP-IST e/ou colaboradores externos, caso convidados. Assim, diante do eixo direito à Educação, sugerimos alguns temas para as oficinas formativas (Quadro 3):

**Quadro 3 – Oficinas formativas**

<b>Tema</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Mediador/Formador</b>
Direito à Educação e Educação Profissional e Tecnológica	Comunidade interna do IFSP-IST	Docente da área de humanas e/ou convidado externo
Política de Assistência Estudantil do/no IFSP: garantia de um direito	Comunidade interna do IFSP-IST	Convidado externo (Assistente Social)
Câmpus Avançado Ilha Solteira: organograma, servidores e dificuldades	Comunidade interna do IFSP-IST	Servidor do Câmpus
Comissão de Análise de Assistência Estudantil no IFSP-IST: quem são e o que fazem?	Comunidade interna do IFSP-IST	CAAE
PAE no IFSP-IST: documentos institucionais	Comunidade interna do IFSP-IST	Convidado externo (Assistente Social)
PAE no IFSP-IST: programas executados	Comunidade interna do IFSP-IST	Convidado externo (Assistente Social)
PAE no IFSP-IST: questões orçamentárias e burocráticas	Comunidade interna do IFSP-IST	CAAE
PAE no IFSP-IST: inserção dos estudantes nas discussões	Comunidade interna do IFSP-IST	Convidado externo
Participação estudantil	Comunidade interna do IFSP-IST	Estudantes do IFSP-IST (membros do grêmio estudantil / representantes de sala)

*Fonte: Elaborado pela autora*

Os temas propostos foram construídos a partir das análises dos questionários de avaliação da PAE, que demonstraram ser algumas lacunas a serem preenchidas. Enquanto sugestões, outros temas podem surgir, tendo em vista a necessidade e/ou interesse da comunidade em aprofundar os assuntos discutidos.

Após cada ação formativa, haverá registros da participação da comunidade interna, temáticas abordadas e sugestões para novos temas. De posse de tais informações, a CAAE elaborará um relatório final do Projeto Oficinas Formativas e sua divulgação, para que todos possam se apropriar dos resultados obtidos. A partir da divulgação, o ciclo (re)começa, na expectativa de construção de um diálogo conjunto entre CAAE/Estudantes/PAE sobre como utilizar as informações produzidas para melhora das ações da CAAE.

#### **6.1.5 MODFOR: Cronograma**

Para realização das oficinas formativas e sendo estas *online*, sugere-se que sejam realizadas no período de abril a outubro de 2022. Tal cronograma visa permitir a organização e divulgação da ação junto à comunidade interna do IFSP-IST, além de considerar a necessidade de realização de outras demandas administrativas da própria CAAE e dos demais setores do IFSP-IST.

#### **6.2 MODFOR: Escuta dos estudantes**

A proposição do MODFOR está além da perspectiva de participação dos sujeitos no Projeto de Oficinas Formativas. A ação de intervenção aqui pretendida, busca uma formação integral ao ampliar a compreensão de direito à Educação, por meio do Projeto Oficinas Formativas e realizar a escuta dos estudantes do IFSP-IST acerca de suas inquietações, para que este discente possa se colocar como protagonista de seu processo educacional, usufruindo o que a instituição lhe oferece para a garantia deste direito. Sendo assim, o segundo momento do MODFOR tem como foco os estudantes do IFSP-IST, dando aos alunos e alunas a oportunidade de fala.

A observação de necessidade de um momento de escuta com os estudantes, se deu por meio das análises de algumas questões do Quest-PAE/IFSP de 2019 e 2020. A vivência cotidiana



com os estudantes também foi um indicativo de que os alunos e alunas precisam ter suas demandas ouvidas.

Assim, antes de estimular o envolvimento dos estudantes nas atividades a serem propostas, sugere-se que a CAAE faça uma conversa inicial com os discentes, colocando os objetivos, expectativas e limitações das ações que estão sendo pensadas. Aqui, torna-se preciso fazer que se perceba o sentido da ação e que a participação é a principal contribuição para geração de resultados mais concretos. Para a realização da escuta destes estudantes, o eixo adotado é perspectivas futuras, pois entende-se que os estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio possuem, uma expectativa de futuro após a conclusão de sua formação no IFSP-IST. Assim, o eixo perspectivas futuras, se divide em dois temas: 1) Demandas estudantis e 2) Projetos de vida, que, conversando entre si, trazem as contribuições dos estudantes do IFSP-IST para a (trans)formação da instituição.

Para escuta dos estudantes relacionadas ao tema Demandas Estudantis, sugere-se a adoção de uma metodologia que utiliza o grupo focal para coleta de dados. Para ouvir os discentes acerca de seus Projetos de Vida, propomos uma entrevista reflexiva. Ambas as metodologias e instrumentos a serem utilizados, serão especificados a seguir.

### **6.2.1 Demandas estudantis: grupo focal**

A realização de um grupo focal como ação de intervenção da CAAE no IFSP-IST, parte do princípio de escuta dos estudantes sobre suas demandas, para (re)significação da realidade vivenciada. A técnica do grupo focal como metodologia, vem sendo cada vez mais utilizada na área educacional, pois tem-se com a participação dos sujeitos, a discussão de temas a partir de suas experiências cotidianas (GATTI, 2005).

O grupo focal, enquanto momento de exposição de pontos de vistas e experiências acerca de determinado tema, produz a interação entre os participantes, sendo este um processo dinâmico e conduzido pelos próprios participantes, em que não há “certo/errado” “bom/ruim”, interessando todas as ideias e opiniões. As análises posteriores permitirão levantar “o que”, “porque” e “como” pensam e expressam os estudantes sobre determinado tema.

O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vistas e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se

manifestar. Comparado à observação, um grupo focal permite ao pesquisador conseguir boa quantidade de informação em um período de tempo mais curto. O tema e roteiro das questões ajudam nisso. Comparado à entrevista individual, ganha-se em relação à captação de processos e conteúdos cognitivos, emocionais, ideológicos, representacionais, mais coletivos, portanto, e menos idiossincráticos e individualizados. Quanto ao uso de questionários, o grupo focal, ao propiciar a exposição ampla de ideias e perspectivas, permite trazer à tona respostas mais completas e possibilita também verificar a lógica ou as representações que conduzem à resposta (GATTI, 2005, p. 9-10).

Para realização de um grupo focal, é preciso o mediador/facilitador e os participantes (de seis a doze pessoas), podendo haver a participação de relator (se necessário), para tomada de nota das contribuições. Em um grupo focal, o mediador/facilitador participa de forma não direta, não emitindo opiniões particulares durante o processo, apenas intervindo para facilitar a troca entre os participantes e manter os objetivos do grupo (GATTI, 2005).

Para participação dos estudantes do IFSP-IST no grupo focal, com autorização da Diretoria Adjunta Educacional e Diretoria-Geral do IFSP-IST, os alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio serão convidados para este momento de escuta, possibilitado pela CAAE, que tem por objetivo colher informações para aprimorar a participação estudantil na instituição. Após o convite, os estudantes menores de idade que queiram participar, deverão também apresentar a anuência de seu responsável. A depender do número de estudantes interessados, poderão ser realizados vários grupos, dividindo os estudantes em categorias, como por exemplo: ingressos, curso específico, concluintes, entre outros. A categorização dos estudantes deve levar em consideração a análise pretendida. Os estudantes serão esclarecidos sobre o sigilo de sua identificação nas análises que serão realizadas posteriormente. Após estes trâmites será definida a data, horário (contraturno das atividades) e dependências (que pode ser externa ao IFSP-IST) em que será realizado o grupo focal.

A ação, com duração prevista de três horas, no máximo, se inicia com a apresentação dos objetivos do grupo focal, dos participantes e dos tópicos a serem discutidos. Como o tema do grupo focal é demandas estudantis, propõe-se a divisão dos tópicos em três blocos: 1) Acolhimento e pertencimento; 2) Participação e representatividade e 3) Assistência Estudantil. A duração de cada bloco será de, aproximadamente, quarenta minutos e o roteiro de discussão para o grupo focal encontra-se como Apêndice deste trabalho (Apêndice A). O roteiro sugerido está elaborado para orientar e estimular a discussão, sendo flexível, de modo que permita ajustes no decorrer da ação. Durante a realização do grupo focal, propõe-se que seja oferecido um lanche, como forma de confraternização e agradecimento pela participação e contribuição dos sujeitos.

Após as análises das informações levantadas no grupo focal, sugere-se que a CAAE faça um panorama entre as demandas apresentadas pelos estudantes, observando três pontos: 1) Quais destas já são atendidas e podem ser aprimoradas; 2) Quais ainda não são atendidas, mas podem ser colocadas em prática e 3) Quais não podem ser atendidas e qual sua justificativa. De posse deste panorama, propõe-se que a CAAE faça sua devolutiva para a comunidade do IFSP-IST.

### **6.2.2 Projetos de vida: entrevista reflexiva**

A conclusão do ensino médio, última etapa da Educação Básica, traz uma perspectiva de encerramento de um ciclo para início de outro. Assim, para muitos jovens, a transição entre o período de juventude para a vida adulta é carregada de incertezas e expectativas, quer seja por sua inserção no mundo do trabalho, quer seja para sua continuidade na Educação Superior.

A expectativa de que o sujeito realize algo após a conclusão do Ensino Médio, se relaciona como a Educação foi sendo posta ao longo da história brasileira: para alguns, o fim da escolarização básica permitiria a continuidade de estudos na Educação Superior; para outros, terminar o Ensino Médio trazia consigo a necessidade de sua inserção no mundo do trabalho, tendo em vista as questões de desigualdades sociais e suas maneiras de vencê-las. Assim, a partir da democratização escolar, Klein e Arantes (2016, p.140) enxergam que “[...] novas aspirações e anseios emergem do corpo discente, bem como diferentes formas de interpretar e significar suas experiências”.

Muitas vezes, é no Ensino Médio que os adolescentes começam a pensar no futuro, procurando oportunidades que possam satisfazer seus interesses e aspirações. Ainda que não reconheçam tais perspectivas de forma organizada, estas fazem parte do projeto de vida que o estudante planeja para si.

Para Klein e Arantes (2016), essa imagem de projeto futuro

[...] nem sempre, reverte-se em ações concretas, pois muitos jovens parecem perdidos e encontram dificuldades para tomarem uma direção, traçarem metas e adquirirem habilidades necessárias às suas proposições. O compromisso com o futuro por meio de metas ou programas de vida assume grande importância nesse período, pois pode contribuir para que a geração atual encontre significado na vida e busque caminhos para a realização de suas proposições. Diante de um mundo imprevisível, instável e repleto de oportunidades, ter metas de vida estáveis pode ser uma maneira de guiar as escolhas de cada indivíduo, buscando significados que são

duradouros e capazes de transcender interesses imediatos e individualistas (KLEIN; ARANTES; 2016, p. 139).

A escola, enquanto instituição de educação, é um espaço que tem também a missão de contribuir para a formação integral de seu estudante. Muitas vezes, essa contribuição para a formação integral faz com que a escola seja vista somente em um caráter de espaço preparatório e de transição para uma vida futura. No entanto, para Klein e Arantes (2016), ao acenar para seus estudantes como um espaço de construção de um projeto futuro, o que reforça a visão de término de uma etapa para início de outra, a escola tende a negar o presente vivido por seu estudante, como espaço válido de formação. Para as autoras,

[...] Dito de outra forma, a ênfase não recai sobre o significado do que a escola tem no momento presente para o jovem, ou seja, na relação que ele pode estabelecer entre o que vive dentro da escola com aquilo que vive fora dela. O sentido atribuído à escolarização, geralmente, remete os sujeitos ao futuro. Ainda que projetos se orientem para o futuro, eles são pensados e formulados no tempo presente, tendo por base experiências e oportunidades vividas e significadas no tempo presente (KLEIN; ARANTES; 2016, p. 138).

Nesse sentido, observando o IFSP-IST como instituição contribuinte para os projetos de vida de seus estudantes e com as reflexões proporcionadas por Klein e Arantes (2016), vislumbra-se nesta parte do MODFOR aqui proposta, uma ação de escuta dos projetos de vida dos estudantes do IFSP-IST, para intervenção da/na realidade vivenciada, em uma perspectiva de contribuição para ações atuais.

Assim, para a escuta dos estudantes sobre seus projetos de vida, sugere-se uma metodologia de entrevista reflexiva, que é uma situação de troca entre o entrevistado e o entrevistador. Durante a ação, é possível que o entrevistador compartilhe de forma contínua com o participante, sua compreensão dos dados, levando ambas as partes à reflexão. Szymanski (2002) coloca o emprego de entrevistas reflexivas como solução para estudo de significados subjetivos, que consideram fatos, sentimentos, planos de ação, condutas atuais, entre outros, do entrevistado.

Mais que um encontro entre duas pessoas, a interação proporcionada pela entrevista reflexiva influencia o caráter de interação social entre as partes (SZYMANSKI, 2002). Assim sendo, em uma perspectiva de escuta do projeto de vida dos estudantes do IFSP-IST, sugere-se que, com autorização da Diretoria Adjunta Educacional e Diretoria-Geral do IFSP-IST e com anuência dos responsáveis pelos alunos menores de idade, sejam realizadas entrevistas com ao menos um estudante de cada turma dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, ofertados no IFSP-IST.

A justificativa desse público-alvo se deve à questão desencadeadora da entrevista, proposta como **“Você é estudante de um curso técnico integrado ao Ensino Médio. Assim, quando você concluir sua formação, você terá conquistado um certificado de conclusão da Educação Básica, um certificado de habilitação para uma profissão técnica de nível médio e uma formação que integra os saberes gerais e profissionais. Gostaria de saber como foi a sua motivação para vir estudar aqui no IFSP-IST e qual sua expectativa para quando concluir sua formação?”**. A pergunta geradora da entrevista reflexiva, tem como centro a busca junto ao entrevistado sobre seu esclarecimento e aprofundamento de opção por uma formação profissional técnica de nível médio integrada, focalizando as ações e trazendo um relato delas. Espera-se que as respostas dos estudantes, sejam diferentes, conforme o ano de curso que está inserido no IFSP-IST, pois é provável que os estudantes dos primeiros anos tenham uma perspectiva, visto que são ingressantes na instituição; os dos segundos anos consigam fazer um panorama entre as expectativas iniciais e atuais e os dos terceiros anos façam uma análise mais profunda de seu processo formativo.

A questão desencadeadora está pensada para iniciar a reflexão do entrevistado, dando a ele oportunidade de seguir para outros caminhos. Baseada nas orientações de Szymanski (2002), ao se perguntar “como foi sua motivação”, permite-se várias abordagens do tema, enriquecendo as análises posteriores e ao se indagar “qual sua expectativa”, haverá a expressão de vários sentidos do sujeito.

As demais questões da entrevista buscam respostas mais esclarecedoras, focalizadas e de aprofundamento. Todas as questões estão pensadas para reflexões acerca de projeto de vida do estudante, em uma relação de presente e futuro. Após cada questão, o entrevistador divide sua compreensão do que foi dito pelo entrevistado como forma de devolutiva da reflexão. O roteiro de entrevista sugerido, encontra-se como apêndice deste estudo (Apêndice B) e sua tabela de especificação, com os objetivos da ação de entrevista reflexiva, estão dispostos no Apêndice C. As análises posteriores contemplarão momentos de leitura completa dos registros, apreensão dos sentidos dados pelos entrevistados, extração de valores e sintetização das informações. Como todo instrumento de pesquisa, é preciso a elaboração de um relatório final, para sua posterior devolutiva aos interessados.

A fim de um encaminhamento final da proposta de intervenção aqui apresentada, justifica-se o MODFOR, em seus dois momentos: 1) Projeto de Oficinas Formativas e 2) Escuta dos estudantes, como ação de reflexão e transformação da realidade vivida no IFSP-IST.

Assim, ao se pensar no MODFOR enquanto proposta de ação para a CAAE, percebemos também sua intenção de despertar na comunidade interna do IFSP-IST, em especial nos estudantes e, principalmente, aos beneficiados pela PAE, a compreensão ampla do seu direito à uma Educação de qualidade e como as ações realizadas no IFSP-IST, com ênfase na execução da PAE, contribuem para a efetivação deste direito. Nesse sentido, nos propomos a consolidar a tríade CAAE/PAE/Estudantes.

Com isso, como desenvolvido ao longo deste capítulo, as propostas de intervenção aqui pensadas, visam para a CAAE seu monitoramento e avaliação, em uma perspectiva de aprimoramento de suas ações para além de execução de PAE. Propõe-se aqui, para a própria CAAE, sua compreensão como grupo de formação dos estudantes do IFSP-IST, em uma perspectiva de sujeitos com direitos.

O MODFOR está proposto também para ampliar o olhar dos estudantes como cidadão participativo na sociedade, que conhece e luta por seus direitos, em busca de sua emancipação e planejem seus projetos de vida, envolvendo os aprendizados construídos no IFSP-IST. Ao Câmpus Avançado Ilha Solteira cabe se apropriar das demandas estudantis e se debruçar nas análises que culminem em uma maior contribuição para os projetos de vida dos estudantes.

Uma demanda estudantil identificada no decorrer das análises e que pode ser colocada em prática a um curto prazo, é o maior envolvimento dos estudantes nas ações inerentes à PAE realizada no IFSP-IST. As observações realizadas nos questionários de avaliação da PAE 2019 e 2020 e as ações cotidianas, evidenciaram que os estudantes não são sujeitos participantes do processo decisório acerca dos valores e destinação dos auxílios da PAE, o que se traduz nos apontamentos de insuficiência dos valores recebidos e atrasos no pagamento. Nesse sentido, propõe-se, para o ano de 2022, a participação dos estudantes na elaboração do Projeto da PAE do IFSP-IST, que é enviado para a PRE e subsidia as ações da PAE no câmpus.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui desenvolvido teve como provocação inicial a atuação da Comissão de Análise de Assistência Estudantil no Câmpus Avançado Ilha Solteira, sua relação com os temas “Direito à Educação” e “Assistência Estudantil”, com os estudantes e as devolutivas destes acerca das ações prestadas pela CAAE, a fim de buscar o aprimoramento das atividades realizadas, para o melhor atendimento aos estudantes.

No decorrer do processo investigativo foi possível compreender que a PAE realizada no IFSP-IST se coloca como uma ação mais ampla, ligada diretamente a garantia do direito à Educação de seu estudante. Dessa forma, foi possível delinear as ações que a CAAE executa e reconhecer a necessidade de repensar seu papel de atuação e se inserir como espaço de formação do estudante do IFSP-IST, contribuindo para seu projeto de vida e comprometendo-se com o seu processo formativo.

Para tanto, é imprescindível a compreensão da necessidade de se propor e realizar a articulação entre a Avaliação Institucional e a Política de Assistência Estudantil implementada no âmbito do Instituto Federal de São Paulo. Nesse sentido, reconhecemos a Avaliação Institucional como meio de reflexão e transformação nos modos de pensar e agir dos espaços educativos totalizante visando vislumbrar a complexidade de seus processos políticos e relacionais. Caso contrário, reforçaremos o discurso, já ultrapassado, de que na escola nada muda.

A ação de mudar, conceito pautado nas convicções do educador Paulo Freire, é uma ação que precisa levar em conta nossa compreensão de que a Educação é “um ato de conhecimento” e o compromisso com a intervenção na realidade “[...] não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade” (FREIRE, 1979, p. 10).

Assim, para que as ações da CAAE sejam aprimoradas, foi necessário um resgate acerca da conquista do direito à Educação para todos e todas e as políticas públicas implementadas para garanti-lo. Dentro da compreensão de direito à Educação, ampliamos o olhar sobre a Educação Profissional e Tecnológica, modalidade de educação ofertada principalmente pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, no caso específico desta pesquisa, no Câmpus Avançado Ilha Solteira e suas contribuições para a formação integral do sujeito. Neste ponto, foi apresentado a Assistência Estudantil como ação política, educacional e social de efetivação deste direito.

A Política de Assistência Estudantil do/no IFSP se coloca como uma ação afirmativa de permanência e êxito dos estudantes da instituição, em especial, àqueles em situação de vulnerabilidade social e, no âmbito da Autoavaliação Institucional, se insere como uma política de atendimento ao estudante. O IFSP está presente em todas as regiões do Estado de São Paulo e, como pesquisadora, foi relevante apresentar as potencialidades e dificuldades da instituição para o acesso, permanência e êxito de seus estudantes. Ainda sobre a PAE do/no IFSP, enquanto política institucional, ela é colocada como ação de permanência do estudante, mas, descentraliza algumas de suas ações para os câmpus, de forma que cada unidade atue mais próxima da realidade.

Com isso, apresentamos o Câmpus Avançado Ilha Solteira e suas limitações de atuação. Ao relacionar o modelo de EPT que é proposto para os IFs daquela realizada no IFSP-IST, percebe-se que, enquanto estudantes da última etapa da educação básica, nossos estudantes dos cursos integrados ao Ensino Médio, refletem os persistentes problemas identificados para esta etapa, tais como, não identidade, apatia, distanciamento da realidade vivenciada e planejamento futuro. Análises de respostas do Quest-PAE/IFSP de 2019 e 2020 permitiram refletir ainda que, o estudante do IFSP-IST não se reconhece como usuário de uma ação política de direito à Educação.

Dessa forma, ao aproximar este estudo de uma das dimensões da avaliação educacional – Avaliação Institucional – tanto para conhecer como para transformar a realidade no IFSP-IST, por meio de aprimoramento da CAAE no que se refere às ações de atendimento ao estudante, em especial a Política de Assistência Estudantil, esta pesquisa/estudo teve por finalidade, ampliar a compreensão da garantia do direito à Educação para todos(as) alunos e alunas do IFSP-IST.

Para conhecimento e transformação da realidade, propomos o MODFOR, que se divide em dois momentos: 1) Realização de Oficinas Formativas e 2) Escuta dos estudantes. O primeiro momento se coloca como um trabalho dinâmico e alternativo, que convida, não somente ao estudante, mas todo o IFSP-IST a conhecer, debater e refletir sobre temas de relevância para a realidade institucional. O segundo momento, se insere em uma perspectiva de escuta de demandas estudantis, a fim de observar o que e como o estudante coloca as ações realizadas pela instituição dentro do seu projeto de vida.

Interligados entre si, os dois momentos do MODFOR buscam inserir o estudante como centro do IFSP-IST, usuário de um direito e de garantias que lhe são postos, na perspectiva de construção da sua cidadania e de sua formação integral, que o permita conhecer e se posicionar sobre sua realidade. Além da contribuição para com o estudante, o MODFOR se coloca como ação da CAAE, com vistas a aprimorar sua atuação como formadora de sujeitos.



Finalizamos este estudo/pesquisa com a expectativa de continuidade de divulgar os estudos que foram realizados, bem como os resultados das análises do material investigado. Para tanto já encaminhamos um artigo denominado “Política de Assistência Estudantil: acesso, permanência e êxito na Educação Profissional Técnica de Nível Médio” para a revista “Educação Profissional e Tecnológica em Revista”, que esperamos ser publicado o mais breve possível.

Há também uma expectativa de continuidade dos estudos/pesquisa, na perspectiva de realização de um doutorado para aprofundamento do tema Assistência Estudantil. Acreditamos que este é um tema importante e que necessita de novas investidas no sentido da ampliação de conhecimentos e ideias.

## REFERÊNCIAS

ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo; MORAES, Gustavo Henrique. **A História, estrutura e políticas da educação profissional no Brasil**. Florianópolis, Instituto Federal de Santa Catarina, 2018.

ANDRÉ, Marli; PRICEPE, Lisandra. O lugar da pesquisa no Mestrado Profissional em Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 103-117, jan./mar. 2017.

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, 18 abr. 1997: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm). Acesso em 27 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em 27 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.241, de 27 de agosto de 1927**. Crêa o ensino profissional obrigatorio nas escolas primarias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Collegio Pedro II e

estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>. Acesso em 27 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.** Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm). Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6545-30-junho-1978-366492-norma-pl.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 30 abr. 2020

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em 15 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, [...], para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm). Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2012b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Brasília, DF: Presidência da República. 2013a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em 02 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 02 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, [...], e 11.494, de 20 de junho 2007, [...], a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, [...]; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Brasília, 2012a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=125761-pceb011-12-1&category\\_slug=setembro-2019&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=125761-pceb011-12-1&category_slug=setembro-2019&Itemid=30192). Acesso em 13 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Fundamentação Legal e Normativa.** 2020a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=68721>. Acesso em 23 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Instituições da Rede Federal**. 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 23 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015**. Dispõe sobre a autorização de funcionamento das unidades que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, autorização de funcionamento da unidade do CEFET-MG e atualiza relação de câmpus integrantes da estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-27-de-21-de-janeiro-de-2015-32121687>. Acesso em 11 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em 05 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016**. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II [...] Brasília, 2016. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519882](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519882). Acesso em 11 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 393, de 10 de maio de 2016**. Altera Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 [...]. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file>. Acesso em 07 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 713, de 8 de setembro de 2021**. Altera Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 [...]. Brasília, 2021a. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-713-de-8-de-setembro-de-2021-343837861>. Acesso em 07 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013**. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para sua expansão. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file>. Acesso em 07 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em 07 jan. 2021.

CANDAUI, Vera Maria. **Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos**. Rio de Janeiro: Novameria/PUC-Rio, 1999. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau\\_edh\\_proposta\\_trabalho.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf). Acesso em 09 dez. 2021.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p.831-855, out. 2007.

DAROS, Michelli Aparecida. A evasão escolar no IFSP: elementos para reflexão. **Conexões Ciência e Tecnologia**. Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 32 - 43, mar. 2016.

DAROS, Michelli Aparecida. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, a evasão escolar e a atuação do Serviço Social**: uma experiência em construção (2008-2013). 184 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 1, n. 1, p. 15-24, 28 jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/722/pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Funcionamento e modos sociais da avaliação institucional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 3, n. 2, p. 65-76, 20 jun. 1998.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Novo design para a Rede Federal de Educação Tecnológica. **Holos**, Ano 24, v. 3, p. 56-66, 2008. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/217/163>. Acesso em 23 dez. 2020.

FERREIRA, Sandra Lúcia; ANDRADE, Andrea de; SOUZA, Fernanda Evelin Camarço de. Reflexões sobre a expansão dos Institutos Federais no estado de São Paulo. **Jornal de Políticas Educacionais**, v.12, n.2, p. 1-19, 31 janeiro 2018.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.). **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2012.

FREIRE, PAULO. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Apresentação. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 7-20.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GUBA, Egon Gotthold; LINCOLN, Yvonna Sessions. **Avaliação de Quarta Geração**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. Tradução Beth Honorato. 318p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ilha Solteira**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilha-solteira/panorama>. Acesso em: 07 jan. 2021.



IFSP – Instituto Federal de São Paulo. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRO-DI). **Cargos ocupados e vagos Agosto/2021**. 2021a. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/dgp/remocao/cargos/QRТАЕ-02-08-21.pdf>. Acesso em 29 ago. 2021.

IFSP - Instituto Federal de São Paulo. **Comunicado nº 6 de 2015 da Reitoria**. Uso do “câmpus” na denominação no singular e no plural. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/52-reitoria/3671-ifsp-mantem-grafia-unica-para-qcampusq.html>. Acesso em: 05 maio 2020.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Folder para integração - Estudantes**. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/121-assuntos/ensino/ensino-botao/155-assistenci-estudantil>. Acesso em 26 dez. 2020.

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Mapa dos Câmpus**. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/mapacampus1.png>. Acesso em 26 dez. 2020.

IFSP – Instituto Federal de São Paulo. **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Disponível em: [https://ifsp.edu.br/images/pdf/PDI1923/PDI-2019-2023\\_Aprovado-CONSUP-12.03.2019-valendo.pdf](https://ifsp.edu.br/images/pdf/PDI1923/PDI-2019-2023_Aprovado-CONSUP-12.03.2019-valendo.pdf). Acesso em: 04 maio 2020.

IFSP – Instituto Federal de São Paulo. **Painel Orçamentário**. 2021b. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/125-assuntos/administracao/administracao-botao/1720-painel-orcamentario>. Acesso em 11 abr. 2021.

IFSP – Instituto Federal de São Paulo. **Relatórios de Gestão 2016**. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/prd/RelatorioGestao2016TCU.pdf>. Acesso em 11 jan. 2021.

IFSP – Instituto Federal de São Paulo. **Relatórios de Gestão 2017**. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/prd/RelatorioGestao2017TCU.pdf>. Acesso em 11 jan. 2021.

IFSP – Instituto Federal de São Paulo. **Relatórios de Gestão 2018**. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/prd/relatoriogestao/Relatrio\\_de\\_gesto2018\\_site.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/prd/relatoriogestao/Relatrio_de_gesto2018_site.pdf). Acesso em 11 jan. 2021.

IFSP – Instituto Federal de São Paulo. **Relatórios de Gestão 2019**. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/RG2019/RelatorioDeGestao2019\\_TCU\\_v2.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/RG2019/RelatorioDeGestao2019_TCU_v2.pdf). Acesso em 11 jan. 2021.

IFSP – Instituto Federal de São Paulo. **Relatórios de Gestão 2020**. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/RG2020/RG\\_2020\\_Completo.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/RG2020/RG_2020_Completo.pdf). Acesso em 02 maio 2021.

IFSP - Instituto Federal de São Paulo. **Pesquisa sobre a Política de Assistência Estudantil 2016 e 2017**. 2018b. 39p. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/42-assuntos/ensino/1698-dados-assistencia-estudantil>. Acesso em: 05 ago. 2021.

IFSP - Instituto Federal de São Paulo. **Relatório da Política de Assistência Estudantil – 2013/2015**. 2017b. 48p. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/121-assuntos/ensino/ensino-botao/155-assistenci-estudantil>. Acesso em: 05 abr. 2021.

IFSP - Instituto Federal de São Paulo. **Resolução nº 41, de 2 de junho de 2015.** Altera a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 2015a Disponível em: [https://ist.ifsp.edu.br/site/images/Documentos2020/AssistenciaEstudantil/Resolucao\\_41\\_2015\\_Assistencia\\_Estudantil.pdf](https://ist.ifsp.edu.br/site/images/Documentos2020/AssistenciaEstudantil/Resolucao_41_2015_Assistencia_Estudantil.pdf). Acesso em: 05 maio 2020.

IFSP - Instituto Federal de São Paulo. **Resolução nº 42, de 2 de junho de 2015.** Altera a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 2015b Disponível em: [https://ist.ifsp.edu.br/images/Documentos2020/AssistenciaEstudantil/Resolucao\\_42\\_2015\\_Assistencia\\_Estudantil.pdf](https://ist.ifsp.edu.br/images/Documentos2020/AssistenciaEstudantil/Resolucao_42_2015_Assistencia_Estudantil.pdf). Acesso em: 05 maio 2020.

IFSP - Instituto Federal de São Paulo. **Resolução nº 135, de 4 de novembro de 2014.** Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE). 2014a. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/121-assuntos/ensino/ensino-botao/155-assistenci-estudantil>. Acesso em: 05 maio 2020.

IFSP - Instituto Federal de São Paulo. **Resolução nº 136, de 4 de novembro de 2014.** Aprova a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil (PAE). 2014b. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/121-assuntos/ensino/ensino-botao/155-assistenci-estudantil>. Acesso em: 05 maio 2020.

IFSP - Instituto Federal de São Paulo. **Resolução nº 138, de 4 de novembro de 2014.** Aprova o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. 2014c. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2014/Resol\\_138\\_Aprova-Regulamento-Sociopedagogico.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2014/Resol_138_Aprova-Regulamento-Sociopedagogico.pdf) Acesso em: 05 maio 2020.

IFSP - Instituto Federal de São Paulo. **Resolução nº 351, de 10 de junho de 2011.** Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/121-assuntos/ensino/ensino-botao/155-assistenci-estudantil>. Acesso em: 05 maio 2020.

IFSP-IST – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Avançado Ilha Solteira. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 – Câmpus Avançado Ilha Solteira.** 2018, 65p.

IFSP-IST – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Avançado Ilha Solteira. **Regimento Câmpus Avançado Ilha Solteira.** 2021. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/16\\_BVfjW81KpZw0Ce6kNgVsaNaq6zvq1j/view](https://drive.google.com/file/d/16_BVfjW81KpZw0Ce6kNgVsaNaq6zvq1j/view). Acesso em 23 out. 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça.** 4 ed. Brasília: Ipea, 2011. 39 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em 17 maio 2020.

JOAQUIM, Felipe Ferreira; CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. Revisão Bibliográfica: Oficinas. Educação em Revista, v.36, p.1-22, 2020.



KLEIN, Ana Maria; ARANTES, Valeria Amorim. Projetos de vida de jovens estudantes do Ensino Médio e a Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2016.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 752-769, 2011. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/70/86>. Acesso em 27 ago. 2021.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (Org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019, p. 11-38.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil. In: **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Universidade Federal de Uberlândia - UFU, PROEX: 2012, p. 88-97.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de; OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. Movimentos sociais, formas de resistência e educação na construção da cidadania. In: **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2012. p. 79-87.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003, 5ª ed.

MARTINS, Angela Maria. Possibilidades e estratégias de formação em mestrados profissionais no campo da educação: dilemas e desafios. In: **Anais do XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2015, p. 1-19.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes *et al.* A Educação Profissional nas leis de diretrizes e bases da educação: pontos e contrapontos. **Holos**, Ano 34, v. 4, p. 172-189, 2018.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007.

NORBERTO, Juliana Alvim. **Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**: percepções de alunos sobre acesso e permanência. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional Formação de Gestores Educacionais) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PACHECO, Eliezer. Apresentação. In: PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011. p. 5-12.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011. p. 13-32.

PAULA, Livia Pereira de. **Percepções da equipe sociopedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo sobre o acompanhamento de alunos em situação vulnerável**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PNP – **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em 21 nov. 2021.

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Linha do Tempo**. Disponível em: [http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha\\_tempo\\_11042016.pdf](http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha_tempo_11042016.pdf). Acesso em: 05 out. 2020.

SAVELLI, Esméria Lourdes. A educação obrigatória nas constituições brasileiras e nas leis educacionais delas derivadas. **Revista Contrapontos – Eletrônica**, Itajaí, vol. 10, n. 2, p.129-146, mai.-ago. 2010.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 34, n. 124, p.743-760, jul.-set. 2013.

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes**. 2010. 44p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A escola e a construção da cidadania. In: SEVERINO, Antonio Joaquim et al (Orgs.). **Sociedade Civil e Educação**. Campinas: Papirus, 1992. p.9-14.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão. **Assistente social; estudo socioeconômico; ausência de servidores**. Pedido 23480011177201908, 2019. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=23480011177201908>. Acesso em 29 abr. 2021.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão. **Informações sobre a Avaliação de Impacto da Política de Assistência Estudantil**. Pedido 23546031769202141, 2021. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=23546031769202141>. Acesso em 02 jun. 2021.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão. **Solicitação de Informação a respeito das verbas do Auxílio Permanência dos Institutos Federais**. Pedido 23480010636201847, 2018. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=23480010636201847>. Acesso em 29 abr. 2021.

SILVA, Juliana Fernanda da. **Serviço Social e Educação em perspectiva: Uma análise da implementação do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2015.

SOUSA, Clarilza Prado de. Dimensões da avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 22, p. 101-118, dez., 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae02220002218>. Acesso em 01 mar. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, Heloisa. **A entrevista na pesquisa em educação: a** Brasília: Editora Plano, 2002, p. 9-62.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Brasília, v. 30, n. 1, p. 181-201, jan/abr. 2014.

TEIXEIRA, Maria Cristina. O direito à educação nas Constituições brasileiras. **Revista do Curso de Direito**, v. 5, n. 5, p. 146-168, 2008.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Assistência Estudantil: uma breve análise histórica. *In: FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Universidade Federal de Uberlândia - UFU, PROEX: 2012, p. 102-111.

VIANA, Daniella Araujo Facchini. **O Programa de Assistência Estudantil e a cidadania: perspectivas dos alunos do ensino técnico integrado ao médio**. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Ambiente e Sociedade) – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino, São João da Boa Vista, 2016.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. São Paulo: Liber Livro, 2005, 182 p.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

